



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Assessoria Jurídico-Legislativa

Despacho - SES/AJL

Brasília-DF, 11 de maio de 2021.

Senhor Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa,

Trata-se do Despacho, doc. sei [61627162](#), no qual a Assessoria de Gestão Participativa e Relações Institucionais - ARINS/SES/DF requer conhecimento e apreciação por parte desta Assessoria Jurídico - Legislativa acerca do conteúdo do Ofício nº 659/2021, ([61555041](#)), do Ofício nº 818/2021, assim como do Ofício nº 1039/2021, ([61555960](#)), todos da Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito, do Senado Federal, os quais foram inicialmente direcionados ao Gabinete do Governador do Distrito Federal e cujos objetos se perfazem no **fornecimento de informações concernentes à instrução dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, mais especificamente relacionado à denominada CPI da Pandemia.**

Conforme teor da documentação acostada aos autos, **a referida CPI busca apurar as ações e omissões do Governo Federal inerentes ao escorreito e adequado enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil, bem como as possíveis irregularidades, além de outras ações ou omissões eventualmente cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, sendo que tal investigação está limitada apenas à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à disseminação e contaminação pelo coronavírus.**

Após ciência do teor desses documentos, a Chefia de Gabinete do Governador, por meio da Circular nº 662, ([61568181](#)) direcionou o feito, de forma concomitante, à Casa Civil do Distrito Federal, à Consultoria Jurídica do Gabinete do Governador, à Secretaria de Estado de Economia, assim como à Secretaria de Estado de Saúde, para que sejam disponibilizadas informações que possam contribuir nas respostas aos questionamentos levantados pela aludida comissão parlamentar, a serem elaboradas por parte do Chefe do Executivo Local.

Da leitura do despacho direcionado a esta AJL, por parte da ARINS, nota-se também que foram requeridas informações de outras unidades desta SES, tais como: Fundo de Saúde, à SUAG, SVS/COVID-19, SAA/COVID-19 e SUGEP, em alusão aos Ofícios retro mencionados, os quais trazem os seguintes questionamentos:

Ofício N.º 659/2021 - CIPANDEMIA ([61555041](#)):

a) Qual o valor total recebido de fontes externas ao orçamento do tesouro com destinação específica para combate à pandemia? Detalhar o nome da fonte, a origem do recurso, o valor recebido mês a mês a partir do início da vigência do decreto que reconhece estado de calamidade pública em razão da pandemia provocada pelo Coronavírus SARS-COV-2;

b) Qual o valor total gasto em cada fonte de recurso detalhada no item (a) por item de despesa? Detalhar o objeto da despesa, o nome do fornecedor, CNPJ,

órgão que realizou a despesa, o nº do processo licitatório, dispensa ou inexigibilidade, conforme o caso, o número da nota de empenho e quantitativos adquiridos unitários e totais;

c) Existem programações orçamentárias específicas ou marcadores no orçamento que identifiquem tais gastos? Em caso positivo, enviar as informações pertinentes em planilha eletrônica ou PDF;

d) Os recursos recebidos da União Federal foram mantidos em conta bancária separada para melhor controle do seu uso? Envie todas as movimentações bancárias desde o início da pandemia;

e) Há Demonstrativo do Fluxo de caixa de cada uma das fontes detalhadas no item (a) demonstrando entradas, saídas e saldos? Enviar demonstrativo juntamente com os respectivos extratos bancários; SF/21071.14426-15 00446/2021 CIPANDEMIA SENADO FEDERAL Gabinete do Senador EDUARDO GIRÃO;

f) Algum saldo de alguma das fontes detalhadas no item (a) foi incorporado à conta única do tesouro? Especifique;

g) Faça um comparativo entre os valores gastos com recursos do tesouro estadual/municipal versus os gastos realizados com recursos de fontes externas, principalmente da União Federal, recebidos exclusivamente para aplicação na calamidade pública;

h) Foi contratada alguma operação de crédito interna ou externa para obtenção de recursos para combate à pandemia? Enviar toda a documentação pertinente;

i) Foi firmado algum termo de cooperação ou acordo com alguma instituição nacional ou internacional para combate à COVID-19? Algum tipo de benefício pecuniário ou vantagem de qualquer natureza estão contidas no documento? Envie a documentação pertinente;

j) Houve doações em dinheiro ou de material ou mesmo cessão de uso de bens móveis ou imóveis? Especifique;

k) Quais Leis foram aprovadas ou decretos foram expedidos contendo medidas de ordem econômico-financeira durante a pandemia, como parcelamento de dívidas e renúncia de receita? Envie a publicação destes normativos e as informações quantitativas sobre esses dados, com o respectivo impacto nas contas públicas; (destacou-se)

l) Em qual medida as transferências recebidas da União Federal à título de combate à pandemia aliviaram a frustração de receitas nesse período? O Enviar planilha evidenciando o déficit ou superávit na conta única do tesouro decorrente da participação dos recursos transferidos;

Ofício N.º 818/2021 - CIPANDEMIA (61555858)

- a) Todos os contratos e seus respectivos aditivos firmados durante a pandemia relativos às transferências de recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, a exemplo das OS's e OSCIP's, principalmente aquelas que tenham atuação na área da saúde;
- b) Informar a fonte de recursos que custeou essas transferências, as metas pactuadas ou repactuadas de atendimento e os resultados alcançados;
- c) Enviar a Prestação de Contas de cada contrato relacionado no item (a) deste requerimento contendo o detalhamento de cada gasto realizado e o comparativo mês a mês comparado com o período anterior de forma que se possa avaliar a majoração em decorrência da pandemia.

Ofício N.º 1039/2021 - CIPANDEMIA (61555960)**a) Todas as publicações no diário oficial dos decretos que reconhecem estado de calamidade pública em razão da pandemia provocada pelo coronavírus SARS-COV-2;**

b) Evolução da folha de pagamento por função de governo (obedecendo à classificação atualizada da Portaria MPOG nº 42 de 14.04.1999), iniciando a série histórica em março de 2020 e finalizando na competência de março de 2021;

c) Comparação da Folha relativa aos meses assinalados no item (b) com o mesmo período do ano anterior, informando o crescimento percentual;

d) Fonte de recursos que custeou o pagamento de cada Folha de Salários contida no item (b) (evidenciando, principalmente, àquelas pagas com recursos provindos de transferências do governo federal com vinculação específica para combate à pandemia); SF/21949.75270-96 00470/2021 CIPANDEMIA SENADO FEDERAL Gabinete do Senador EDUARDO GIRÃO;

e) Legislações expedidas (leis, decretos, portarias, etc) tratando sobre a concessão de gratificações extraordinárias, aumento de remuneração, prêmios, auxílios ou quaisquer tipos de vantagens concedidas a servidores ou contratados pela Administração pela atuação na pandemia;

f) Discriminação do quantitativo de profissionais estranhos ao quadro de servidores que foram contratados no período após a expedição do decreto de calamidade pública (informar o quantitativo por cargo e lotação, a forma de contratação e a fonte de recursos que remunerou esses profissionais);

g) Evidenciação da folha de pagamento da Função Saúde por tipo de profissional (enfermeiros, médicos, plantonistas, auxiliares, etc.), separando os servidores dos profissionais contratados, em todo o período assinalado no item (a) deste requerimento;

h) Planilha com os valores enviados via transferências de recursos para pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham tido atuação na pandemia, principalmente àquelas com atuação na área da saúde, informando a fonte de recursos dos pagamentos, os contratos, aditivos e as respectivas prestações de contas.

Esses são os fatos submetidos à apreciação desta AJL.

De início, convém registrar que a manifestação desta Assessoria Jurídica nos presentes autos circundar-se-á em informações acerca da legislação pertinente à matéria, conforme discriminações feitas, que façam referência às Leis ou Decretos expedidos e que sejam alusivos às possíveis medidas de ordem econômico-financeira realizadas durante a pandemia, ao parcelamento de dívidas e renúncia de receita, assim como aos instrumentos normativos que reconhecem o estado de calamidade pública em razão da pandemia provocada pelo coronavírus SARS-COV-2, além de demais dispositivos que estejam atrelados a esse tema, os quais estão apresentados no item "K" correspondente ao Ofício n.º 659/2021, assim como nos itens "a" e "e", do Ofício n.º 1039/2021.

Nesse sentido, as demais informações solicitadas deverão ser elaboradas e fornecidas pelas unidades estratégicas desta Pasta, que possuem conhecimento nas matérias da forma como requeridas, conforme competências e atribuições definidas no Regimento Interno da SES /DF(Decreto nº 39.546/2018), tais como: SUAG, SUPLANS, FUNDO DE SAÚDE e SUGEP.

Passa-se, a seguir, a elencar a legislação pertinente ao consequente questionamento relacionado ao item "K" do Ofício n.º 659/2021, ressaltando-se, mais uma vez, que as questões referentes a dados quantitativos, impacto orçamentário, contratação ou mesmo eventuais gratificações pagas aos servidores da Secretaria de Saúde, ficarão a cargo das unidades competentes.

k) Quais Leis foram aprovadas ou decretos foram expedidos contendo medidas de ordem econômico-financeira durante a pandemia, como parcelamento de dívidas e renúncia de receita? Envie a publicação destes normativos e as informações quantitativas sobre esses dados, com o respectivo impacto nas contas públicas; (destacou-se)

Acerca desse questionamento em específico, elencam-se os os instrumentos normativos pertinentes encontrados, *in verbis*:

DECRETO Nº 41.463, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020

Regulamenta o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – REFISDF 2020, instituído pela Lei Complementar nº 976, de 9 de novembro de 2020.

DECRETO Nº 41.603, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020

Regulamenta o Programa Emergencial de Crédito Empresarial do Distrito Federal – PROCRED-DF, e o seu Fundo Garantidor - FG/PROCRED-DF, instituídos